

PRÁTICAS EDUCATIVAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR: FORTALECIMENTO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES¹

Amós Santos Silva², Maria Fernanda dos Santos Alencar³

RESUMO

Neste artigo objetivou-se analisar como as atividades realizadas no Centro de Atendimento ao Idoso em Toritama/Pernambuco se caracterizavam como práticas educativas engajadas em uma perspectiva de Educação Popular, bem como paralelamente entender como a dimensão político-pedagógico e epistemológico da educação popular contribuem no desencadeamento de reflexões e ações pautadas na consolidação dos direitos do coletivo Idoso. Realizou-se um percurso teórico visando nortear a compreensão acerca da condição do Idoso na sociedade contemporânea/capitalista e sobre as bases epistêmicas presentes nas propostas educativas ancoradas na Educação Popular. Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa tendo como lócus as atividades realizadas com os Idosos do Grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Os resultados apontaram que apesar da não intencionalidade direta as atividades eram subsidiadas pelas demarcações teóricas da Educação Popular, visto que nas ações desenvolvidas (palestras, atividades artesanais, danças, etc.) o espaço pesquisado contribui de fato para o benefício social de camadas populares, possuindo, portanto, umas das características essenciais da educação popular que é a sua

¹ Uma versão preliminar e resumida do trabalho foi apresentada no IV Congresso Nacional de Educação (CONEDU), Centro de Convenções da Paraíba, João Pessoa, 2017.

² Graduando em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA), foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e é membro do GEECAMPO (Grupo de Estudo e Pesquisa da Educação do Campo), e do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionalização Docente (UFPE/CAA). Desenvolvendo pesquisas acadêmicas para os referidos grupos de pesquisa e estudo, bem como para disciplinas obrigatórias. E-mail: amossantoss10@gmail.com

³ Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Del Mar (UDELMAR-CHILE). Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, lotada no Centro Acadêmico do Agreste, Núcleo de Formação Docente – Curso de Licenciatura em Pedagogia. Professora Colaboradora do Mestrado Profissional de Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (CCSA/UFPE). Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ-CNPQ). Membro da diretoria do Centro Paulo Freire: Estudos e Pesquisa. E-mail: tassilamorim@hotmail.com

concepção e compromisso de classe ligada organicamente com a inclusão social do movimento popular, neste caso o dos Idosos.

Palavras-chave: Educação Popular; Envelhecimento Ativo; Práticas Educativas; Idosos.

EDUCATIONAL PRACTICES IN THE PERSPECTIVE OF POPULAR EDUCATION: STRENGTHENING, VALUING AND PROMOTING ACTIVE AGING IN NON-SCHOOL SPACES

ABSTRACT

This article aimed to analyze how the activities carried out at the Center for Elderly Care in Toritama/Pernambuco were characterized as educational practices engaged in a Popular Education perspective, as well as to understand how the political-pedagogical and epistemological dimensions of popular education contribute to the triggering of reflections and actions based on the consolidation of the rights of these subjects. A theoretical course was developed to orient the understanding about the condition of the Elderly in contemporary/capitalist society and on the epistemic bases present in the educational proposals anchored in Popular Education. A research of qualitative approach was carried out, taking as a locus the activities carried out with the Elders of the Group of the Service of Coexistence and Strengthening of Links (SCFV). The results pointed out that in spite of the direct non-intentionality, the activities were subsidized by the theoretical demarcations of Popular Education, since in the developed actions (lectures, crafts, dances, etc.) the researched space contributes in fact to the social benefit of popular strata, possessing, therefore, one of the essential characteristics of popular education that is its conception and class commitment organically linked with the social inclusion of the popular movement, in this case the Elderly.

Keywords: Popular Education; Active Aging; Educational Practices; Elderly.

INTRODUÇÃO

Ao tratarmos sobre práticas educativas na perspectiva do fortalecimento e da valorização social nos problematiza pensar inicialmente de modo geral que a educação em si

consiste em um fenômeno social amplamente interligado a diversas vertentes, concepções e tendências. Neste sentido, é necessário explanar sobre qual concepção de educação estamos a falar, assim tendo a clareza de que a mesma não se caracteriza apenas por práticas de ensino aplicadas em escolas ou instituições formalizadas, pelo contrário, se é concebida e materializada também com um processo de formação de sujeitos ancorada na ideia de construção dialógica e no reconhecimento dos saberes sociais e culturais dos seus envolvidos.

Nesta direção este artigo versa sobre como práticas educativas alicerçadas nas contribuições da Educação Popular – estas vivenciadas no Centro de Atendimento ao Idoso em Toritama/PE – podem contribuir para ações com perspectivas políticas de classe que galgam estratégias pedagógicas participativas e problematizadora da realidade dos Idosos atendidos.

A escolha do objeto de estudo “Atendimento ao Idoso e suas Práticas Educativas na Perspectiva da Educação Popular” fora motivada pela proximidade com a comunidade na qual se encontra localizado o Centro de Atendimento, visto que além das experiências com familiares, Associação de Moradores e Movimento Moradores Sem Terra (MST), já foram desenvolvidos trabalhos anteriores que serviram de subsídio teórico-metodológico para elaboração do presente trabalho. Este estudo é fundamental para que possamos visualizar o direito aos idosos enquanto cidadãos, visto que ainda existe muita discriminação e marginalização da pessoa idosa, devido às suas limitações – próprias da idade – e que muitas vezes dificultam sua atuação ativa, dependendo da família e do Estado para suprir suas necessidades cotidianas, e que por falta de conhecimento desconhecem todos os direitos que possuem.

A atenção para as questões relacionadas ao envelhecimento tem crescido nas últimas décadas em virtude do aumento da longevidade da população mundial. E neste contexto, se faz necessário desenvolver uma reflexão acerca dos cuidados especiais para que pessoas idosas não sejam excluídas da sociedade, levando-se em consideração os princípios de igualdade, inclusão, liberdade, emancipação, não-opressão, dentre outros promulgados pela Educação Popular.

Mendes (2012) reitera que a socialização e ligação do idoso com o social propicia uma maior percepção do “ser” idoso como um “ator social”, no qual são rompidas representações

sociais pejorativas – e/ou significações imaginárias sociais⁴ – em torno da velhice, bem como, proporcionam ao próprio idoso um sentimento de autoestima, e de autonomia por intermédio dessas vivências sociais.

Ressaltamos também que ao longo dos anos o trato para com a questão do envelhecimento obteve inúmeros avanços e transformações no que tange à legislação, visto que, por vários anos os idosos permaneceram aquém das deliberações legislativas e institucionais. Estando sempre a mercê da exclusão social e sendo considerados sujeitos sem serventia e sem direitos, à formulação de leis e elaboração de declarações e programas em prol da defesa do “ser” idoso, passou a garantir os direitos fundamentais do coletivo idoso.

Tendo estas reflexões norteadores formulamos como questão problema: De que forma as atividades desenvolvidas para o público idoso no centro de referência de assistência social se caracteriza em uma perspectiva de educação popular, e de que modo estas contribuem para suscitar ações reflexivas sobre os direitos desses sujeitos? Para tal analisamos se o Centro de Atendimento ao Idoso de Toritama/PE desenvolvia um trabalho impelido pelas propostas da Educação Pular, e elencamos as principais contribuições das atividades desenvolvidas no Centro de Referência para o público alvo atendido que se caracteriza nessa perspectiva.

PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES: ABORDAGENS INICIAIS

No que tange à educação, concebemos que a mesma se faz, é vivenciada e convivida, e está presente nos mais diferentes ambientes educativos e pedagógicos. Neste sentido, a educação é caracterizada por sua abrangência no tocante de que para o exercício educativo não existe fronteiras nem tampouco barreiras, visto que o campo investigativo da educação se interpela e é compreendido como “gigantesco” e bastante diversificado (BRANDÃO, 1995).

No estudo do fenômeno educativo consideramos a pedagogia, na caracterização de sua cientificidade, como a ciência que tem como objeto de estudo a educação, sendo por esta razão responsável pelo estudo da educação em quaisquer espaços onde são previstos

⁴ Castoriadis (1999 *apud* STANO, 2001, p. 12) afirma que cada sociedade tem suas próprias significações imaginárias sociais que a sustenta, criando mundos singulares e específicos que precisam ser interpretados. Portanto, se cada sociedade é um “para-si”, e conseqüentemente, cada ser humano integrante de um mundo com seus sistemas de significações sociais, também se vai fazendo e se constituindo inserido na organização deste mundo.

conhecimentos educativos e pedagógicos, de modo que “[...] como a toda educação corresponde uma pedagogia, também há uma diversidade de trabalhos pedagógicos para além das atividades de educação escolar e ensino” (LIBÂNEO, 2002, p. 60).

Nestes ambientes “não-escolares” que se diferem da escola, não são vivenciadas às práticas escolares propriamente ditas, mas um imenso conjunto de outras práticas educativas. Não tendo *à priori* a educação formal como objetivo principal, tais experiências se sustentam basilarmente nas relações socioeducativas dos grupos. Dada esta vastidão do campo educativo, Libâneo (2002) reitera que:

O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas educativas. Ora, se há uma diversidade de práticas educativas, há também uma diversidade de pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação, a pedagogia dos movimentos sociais etc., e também, obviamente, a pedagogia escolar (LIBÂNEO, 2002, p. 33).

Entendemos, correlacionados com a afirmação exaurida acima, que se faz necessário elucidar que as práticas educativas se dão na interação com o meio social, cultural e político. Portanto, estas práticas nos espaços “não-formais” emergem com o intuito de desenvolver ações que abarquem os espaços sociais como um todo, tem o objetivo de analisar, discutir e desenvolver uma participação através de ações educativas, buscando uma possível transformação para cada indivíduo de acordo com o contexto de cada um. Para elucidação do conceito sobre a educação não formal, Gohn (2005) corrobora que:

[...] a Educação não-formal tem sempre um caráter coletivo passa por um processo de ação grupal, é vivida como práxis concreta de um grupo, ainda que o resultado do que se aprende seja absorvido individualmente. O processo ocorre a partir de relações sociais, mediadas por agentes assessores, e é profundamente marcado por elementos de intersubjetividade à medida que os mediadores desempenham o papel de comunicadores (GOHN, 2005, p. 104).

Os processos educativos desses espaços compreendem seus indivíduos como sujeito e protagonista de sua história, um sujeito político que pensa e age, tudo isso. Estes espaços

importantes da sociedade abarcam as atividades da Educação não formal e suas práticas educativas, e distribuem-se em inúmeras dimensões socioeducativas (RODRIGUES; TAMANINI, 2012).

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR AO DEBATE: DELINEAMENTOS INICIAIS

[...] a educação popular é um processo de formação capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe e que toma parte ou se vincula a ação organizada do povo das massas para alcançar o objetivo de construir uma sociedade nova de acordo com seus interesses (HURTADO, 2015, p. 01).

Tomando como referência a proposta do autor, compreendemos que a educação popular é um processo de formação com bases em uma perspectiva política que surgiu diante dos anseios dos grupos marginalizados pertencentes às classes e organizações populares como movimentos sociais e ONGs que lutam em prol do reconhecimento de seus saberes culturais. Nesta direção Torres (1993) denota que correlato a isto existe um conjunto de ideias centrais que dão coerência à educação popular como concepção e prática educacionais, sendo estas a partir de uma crítica indignada da ordem social dominante e a partir da identificação com visões de futuro alternativas, buscando contribuir para a constituição de diversos setores subalternos como sujeitos de transformação, incidindo em diferentes âmbitos de sua subjetividade, mediante estratégias pedagógicas dialogais, problematizadora, criativas e participativas.

Nesta perspectiva a educação popular é guiada pelo desejo de reconhecimento dos grupos populares colocados à margem da sociedade, vítimas de realidades injustas e desigualdades sociais, do mesmo modo que estes fatores são resultantes dos interesses e das relações de poder impostas pela ordem dominante que defende apenas um conhecimento universal e inferioriza os demais. Neste contexto, a educação popular enquanto prática política emancipadora articulada às estratégias pedagógicas busca, por meio da ação dialógica e problematizadora, emancipar os grupos minoritários para pensar criticamente o mundo e as relações sociais. Nas reflexões de Streck e Esteban (2013):

Um dos traços constitutivos da educação popular, como concepção pedagógica e prática social, é sua sensibilidade aos contextos políticos, sociais e culturais onde atua. Visto que sua razão se define por seu

questionamento e resistência às realidades injustas e por sua articulação com as lutas e movimentos populares, a educação popular incorpora como prática permanente a realização de leituras críticas dos contextos locais, nacionais e continentais em que se desenvolve (STRECK; ESTEBAN, 2013, p. 19-20).

A educação popular em consonância com estes grupos busca problematizar e questionar uma dada realidade, além de pretender fundar não apenas um novo método de trabalho “com o povo” através da educação, mas toda uma nova educação libertadora, através do trabalho do/com o povo sobre ela (BRANDÃO, 2006). Assim, no processo de educação popular enquanto projeto político, o povo é protagonista central uma vez que o saber deste povo será o montante principal para o desenvolvimento de uma consciência emancipada. Brandão (2006) reitera ainda que:

[...] a educação como instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares, de um “saber dominante” de “efeito ajustador” à ordem vigente [...] afasta-se de ser tão somente uma atividade “de sala de aula”, de “escolarização popular”, e busca alternativas realizar-se em todas as situações de práticas críticas e criativas entre agentes educadores “comprometidos” e sujeitos populares “organizados”, ou um processo de organização de classes (BRANDÃO, 2006, p. 84).

Diante disso, podemos compreender que a educação popular assume o papel de instrumento para conscientização por meio da construção de um novo saber, um saber proveniente do povo, distanciando-se da perspectiva de uma educação tradicional institucionalizada ancorada em estratégias de transmissão e admissão de saberes e conhecimentos que é o que Freire (1987) chama de educação bancária, nesta educação:

O educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. [...] o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Na

visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber (FREIRE, 1987, p. 33).

Para Freire (1987) esta concepção de educação não proporciona ao indivíduo o direito de participar democraticamente do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que neste modelo o único que detém o saber é o educador, sendo ele o sujeito que conduz todo o processo de ensino por meio de técnicas de transmissão, onde os estudantes apenas receberão os conteúdos, assim exercendo o papel de depósitos.

PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS ANCORADAS NA EDUCAÇÃO POPULAR EM GRUPOS DE CONVIVÊNCIAS

Tanto no Brasil como nas demais partes do mundo, o envelhecimento demográfico mundial, à pressão por novas demandas para o coletivo idoso, e o aumento da mobilização destes grupos sociais promoveram uma maior visibilidade para a temática da velhice. Abordaremos neste momento sobre o que seria a Velhice e o Envelhecimento ativo nas perspectivas teóricas, assim, a questão do envelhecimento nesta perspectiva significa “entender os significados construídos por uma sociedade determinada acerca de um modo de ser para-si, em relação ao seu próprio processo de envelhecimento” (STANO, 2001, p. 12). Neste pressuposto de construção de significações imaginárias sociais, Stano (2001) afirma que a velhice:

[...] é um conceito encarnado no processo social-histórico, mesmo tendo como primeira referência um processo biológico. Os significados instituídos, os modelos identificatórios vão criando uma idealidade e uma rede de sentidos que ultrapassam o meramente biológico do fenômeno do envelhecimento (STANO, 2001, p. 12).

Claramente percebemos que na sociedade contemporânea se produziu uma imagem negativa da velhice e do envelhecimento, isto feito por causa da valorização exacerbada da inovação, da juventude, do progresso, e conseqüentemente, do consumo. Ferrigno (2003) afirma que tal percepção negativa sobre a velhice se dá ao associar frequentemente estes sujeitos a algo ultrapassado, sem serventia e caracterizados como um processo contínuo de perdas físicas, psíquicas e sociais. São esses fatores que impediram o reconhecimento da pessoa idosa como

novo ator social, e que, portanto, o envelhecimento deve ser otimizado de forma ativa e produtiva.

Nesta direção, na proposta de um Envelhecimento Ativo, Belo (2011) parafrazeando às diretrizes normativas estabelecidas no Plano Internacional para o Envelhecimento⁵, afirma que:

O conceito de envelhecimento ativo considera-se: O processo pelo qual se otimizam as oportunidades de bem estar físico, social e mental durante toda a vida, com o objetivo de ampliar a expectativa de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice. [...] Nesse sentido, incorpora-se de maneira substancial a noção da pessoa idosa como um sujeito de direitos e deveres na sociedade, devendo contribuir para a dinâmica da economia. A responsabilidade pelo processo de envelhecimento passa a ser da própria pessoa, transformando a velhice numa fase obrigatoriamente saudável e produtiva. A velhice, tida como a boa idade, a melhor idade, a idade de ouro, tal como vem sendo amplamente difundida, produz o mesmo efeito que a tendência tradicional, quando marginalizava as pessoas por considerá-las incapazes. Nessa nova perspectiva, [...] é um discurso que supõe a autogestão por parte das pessoas sobre a sua situação e problemática na velhice (BELO, 2011, p. 117).

Em suma, ser ativo e participativo após os 60 anos de idade – de acordo com as próprias limitações e potencialidades – não pode ser considerado apenas como um privilégio conquistado pelo idoso, mas sim um direito que deve ser garantido para todos os cidadãos. E embora exista o Estatuto do Idoso que visa assegurar o direito aos idosos como cidadão, ainda existe muita discriminação. Devido às suas limitações, próprias da idade, e que muitas vezes dificultam sua atuação ativa, eles dependem da família e do Estado para suprir suas necessidades cotidianas.

As exclusões causadas por atitudes negativas e preconceituosas vão limitar o acesso dos idosos aos recursos sociais e podem acarretar até em isolamento, sentimento de inferioridade e baixa autoestima. Sociedades que excluem seus idosos negam às novas gerações a oportunidade de construir relações saudáveis com a própria velhice. Segundo Neri (2007) muitos preconceitos e estereótipos resultam de falsas crenças a respeito da competência e da produtividade, e o seu resultado é a discriminação social por critérios de idade como ocorrem com os idosos.

⁵ Na Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento realizado em Madrid objetivou-se desenvolver uma política internacional para o envelhecimento para o século XXI. Tal Assembleia adotou uma Declaração Política e o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madrid. O Plano Internacional para o Envelhecimento pedia mudanças de atitudes, políticas e práticas em todos os níveis para satisfazer as enormes potencialidades do envelhecimento no século XXI. Trecho exaurido em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acesso em: 25 de Agosto de 2017.

Ao longo dos anos os estudos e pesquisas voltados à questão da convivência familiar e comunitária para os idosos em espaços como os grupos de convivência ganharam notoriedade no meio científico. Consequentemente, no meio legislativo apesar de não haver na Política Nacional do Idoso⁶ à menção direta sobre convivência familiar e comunitária, esta abordagem fora contemplada nas demais legislações que foram sendo promulgadas ao decorrer dos anos. Trataremos dessa forma nos parágrafos seguintes acerca da importância de promoção da convivência familiar e comunitária para os idosos, explicitando o dever da família, da sociedade e do Estado em “[...] assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida” (BRASIL, 1994, p. 1).

Desta forma, a promoção da convivência familiar e comunitária para idosos apresenta-se como algo basilar para a derrocada das barreiras de relações criadas pelas construções culturais e políticas de discriminação e intolerâncias para com o “ser” idoso. No âmbito da convivência familiar, os idosos possuem uma possibilidade mais acentuada de interação intergeracional e de ter o desenvolvimento de seu envelhecimento ativo reconhecido, visto que a afetuosidade presente na família⁷ – desconsideremos aqui às famílias que maltratam os idosos, e foquemos no termo de forma ampla – favorece às relações de interação. Como assim afirma Britto da Motta (2011):

A família ainda é, portanto, o âmbito social onde o idoso tem oportunidade de interagir mais direta e claramente as várias gerações, e onde os “velhos” são vistos e tratados mais positivamente do que em outros grupos e instituições. Mais positivamente, com mais afeto, porém, nem sempre de modo igualitário, como adultos plenos, [...] mas que são, ao mesmo tempo, de conteúdo densamente afetivo e, por isso mesmo, plenas de ambivalência e ambiguidade (BRITTO DA MOTTA, 2011, p. 90).

Mesmo compreendendo a importância da família como um espaço benéfico para a construção do envelhecimento ativo/produtivo, faz-se necessário sublinharmos também a relevância que a relação com o social desempenha no processo de produção da convivência participativa dos idosos no contexto social. Para embasarmos teoricamente à relevância da

⁶ A Política Nacional do Idoso (PNI) promulgada pela Lei Nº 8.842 de 04 de Janeiro de 1994, tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

⁷ Ressaltamos aqui que o conceito de família mencionado é o de “[...] conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos, e ou, de solidariedade. [...]” (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004, p. 41).

relação dos idosos com o social, tomaremos como arcabouço o que Mendes (2012), ao discorrer acerca de ambas as instâncias em que o envelhecido⁸ deve atuar e interagir, afirma que sobrevém a relevância da relação com o social. É no enlaçamento ao social que a envelhecida mantém seu lugar de participação, e nisto vemos a importância da convivência com pessoas de diferentes gerações para interlocuções que podem fluir no contexto sociocultural.

Nos grupos de convivência são discutidas questões associadas à velhice, e desenvolvidas inúmeras alternativas que buscam a inserção destes indivíduos em diferentes espaços sociais, visando uma melhor qualidade de vida para os mesmos. O convívio em grupos de idosos apresenta-se como um espaço importante para desencadear, tanto na pessoa idosa quanto na comunidade, uma mudança comportamental diante da situação de preconceito que existe nas relações intergeracionais. Os grupos de convivência visam, portanto, fortalecer o papel social do idoso, construindo por meio de diversas atividades (cursos de artesanato, projetos, confraternizações, atividades físicas e culturais, etc.) um processo construtivo para um envelhecimento ativo, saudável e autônomo.

Diversos autores abordam em suas teorizações acerca da bem-estar que os grupos de convivência promovem para a vida pessoal, social, e comunitária dos idosos. Mattos (2008) aborda em suas reflexões sobre o papel construtivo que estes grupos acarretam no desenvolvimento do envelhecimento ativo, e sobre a promoção de empoderamento dos idosos como sujeitos “reflexivos e operativos”. Nestes espaços:

No grupo de convivência, a importância de estar com o outro, as trocas de experiências, o compartilhamento das dificuldades, fazem os idosos sentirem-se mais produtivos, pelo simples fato de serem aceitos, de conversarem sobre problemas semelhantes, de desenvolverem capacidades semelhantes, de olharem uns aos outros, como seres que têm desejos, lembranças, criatividade, e que podem levar ao crescimento por meio da motivação do grupo e coordenação do facilitador. Falamos em crescimento, não somente no aspecto individual, mas, também, no sentido mais amplo, ao “empoderarmos” aquelas pessoas a agirem sobre o mundo, sobre a sociedade e pessoas que vivem ao seu redor, no objetivo de torná-los sujeitos reflexivos e operativos. (MATTOS, 2008, p.20).

⁸ Mendes (2012) utiliza-se do termo “envelhecidos” nessa abordagem, pois, a autora se refere neste termo ao processo de envelhecimento como algo que contrasta os discursos e as representações sociais sobre o “idoso”, visto que, tem-se na expressão idoso o “ido” como aquele que foi, o “velho” como o obsoleto, o ultrapassado, e fora do prazo de validade.

Portanto, o grupo de convivência para idosos fomenta diversas formas para o empoderamento da cidadania desses sujeitos, visto que, às atividades oferecem a possibilidade de uma reflexão no sujeito em torno de sua condição sociocultural, suscitando nos mesmos, o interesse de agir sobre o meio social e comunitário em que vivem. Mendes (2012) reitera ainda a importância das aprendizagens obtidas nestes grupos de convivência no processo de construção no próprio sujeito de uma visão de seu direito de inserção e participação no âmbito social. Para a autora essas aprendizagens “[...] podem ensinar que, a despeito do peso social a que foram subjugados, a necessidade de inserção e participação de envelhecidos em distintos âmbitos sociais vem sendo uma constante. A sociedade precisa acompanhar tais transformações para compreender as novas gerações de envelhecidos” (MENDES, 2012, p. 99).

Após discorrermos acerca de velhice, envelhecimento ativo, exclusão social, e as congruências positivas dos espaços de convivência para os idosos concebemos que faz necessária uma discussão sobre o papel de instituições sociais de trabalharem com os idosos uma prática ancorada na perspectiva da Educação Popular. Tomamos como premissa a compreensão de Educação Popular, em sua sucessão de momentos, a partir da diversidade de situações e formas em que a mesma foi sendo compreendida em seus sentidos, como um modo de ser. Bem como, compreendemos que é na proposta da educação popular que a discriminação social e a marginalização das pessoas idosas pode ser combatidas, visto que, conforme explicita Batista (2005):

A Educa(a)ção popular [...] mostra que é possível mudar, que há possibilidade de no presente se construir uma nova sociedade com novas relações sociais e novos sujeitos coletivos que se pautem em relações de solidariedade, igualdade, de respeito, coletividade, alteridade” (BATISTA, 2005, p. 06).

A partir de Brandão (1940), reiteramos nossa compreensão inicial e abrangente sobre a Educação Popular, como um processo sistemático e contínuo de reflexão sobre a prática do grupo ou organização dentro de uma perspectiva de classe. Tal abordagem foi fruto também das reflexões substancialmente exauridas do texto de Hurtado (2015), no qual este referido autor afirma que “[...] a característica essencial da educação popular, mesmo incorporando alguns elementos de outros modelos, [...] está dada por sua concepção e compromisso de classe e por sua ligação orgânica com o movimento popular” (Ibidem, p. 01).

Sendo assim, à Educação Popular se baseia em um processo de formação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe – com foco especificamente nas classes populares – que impulsiona como diria Brandão (1940) uma ação organizada das “massas”, visando construir uma “[...] sociedade nova de acordo com seus interesses” (HURTADO, 2015, p. 01).

Desse modo, nos reportando ao conceito de Educação Popular e ao que foi visto sobre velhice, percebemos que através de um processo contínuo e sistemático de reflexões e de ações organizadas, o processo de inclusão das pessoas idosas ocorrerá de forma contundente e eficiente, sendo um fator de suma importância para a interação desses sujeitos na sociedade através de práticas de atividades coletivas, desenvolvendo deste modo o prazer de sentir-se ativo novamente.

Portanto, os idosos necessitam de um espaço para troca de experiências, recreação e desenvolvimento de novos aprendizados. Quando esses sujeitos tem uma vida ativa, começa a ser quebrada a visão negativa sobre os idosos, passando a ser vistos como membros sociais capazes de se inserirem no meio em que vivem. Por isto que denotamos a importância de interligar as contribuições da educação popular com o trabalho pedagógico desenvolvido em centros de atendimento a idoso, pois: “[...] o trabalho pedagógico agenciado junto às camadas populares existe em um campo de relações que não difere do de outras práticas equivalentes. Cada agência traz para educação popular diferentes intenções, e juntas ou separadas buscam a hegemonia local de sua prática” (BRANDÃO, 1940, p. 56).

METODOLOGIA

Buscando aprender e compreender mais à experiência oriunda do exercício de pesquisa proposto, e com isto, enriquecer tal aprendizado por intermédio da confrontação entre à teoria e à realidade do campo investigado, optou-se neste trabalho por uma pesquisa com a abordagem tipo qualitativa. Desse modo, compreendemos a partir de Minayo (2015) que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha como o universo dos significados, dos

motivos das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2015, p. 21).

Fundamentada desta forma em uma abordagem qualitativa, por que conforme Ludke e André (1986) se desenvolvem numa situação natural, que é rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível, e também focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada. Compreendemos assim que na pesquisa qualitativa busca-se à compreensão dos significados das ações e atitudes expressas pelos participantes da pesquisa, algo que possibilita uma maior percepção das especificidades do objeto de estudo que está sendo abordado.

Tomamos como lócus as atividades que foram desenvolvidas no CRAS-Cohab em Toritama/PE no período entre Agosto e Dezembro de 2017 (05 meses aproximadamente). O trabalho de coleta de dados fora realizado no local acima citado, tendo como sujeitos participantes do referido exercício de pesquisa: 8 Idosos do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que contribuiriam através de conversas informais com os dados da pesquisa (chamamos de Idoso1, Idoso2, e sucessivamente); a Assistente social que presta serviço no referido CRAS; e a Oficineira (profissional que desenvolve atividades de artesanato, pinturas, oficinas de dança, etc.).

Os dados advindos dos idosos e da oficineira foram registrados em diário de campo (conversas informais com os participantes da pesquisa, e o registro das observações nas quais foi descrito falas dos idosos e da profissional nas situações cotidianas), e por fim os dados oriundos da Assistente social foram obtidos a partir da realização de uma entrevista semiestruturada realizada com a referida profissional que possuía questões que abordavam: se havia relação dialógica entre as ações do CRAS e uma perspectiva de educação popular; compreensões próprias sobre o que seria uma educação popular; dentre outras.

Em nosso exercício de pesquisa e para fins desta investigação, utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979) para tratamento dos dados coletados em campo. Portanto, em nosso exercício de pesquisa a análise dos dados coletados (Entrevista com a Assistente Social, Diário de Campo – notas de campo⁹ e as conversas informais registradas –, Observação participante) foi sistematizada e realizada conforme as categorias analíticas

⁹ Trazemos as falas dos idosos tal como foram expressas, não utilizando-se destas para pejorativizar os modos de falar e as variações linguísticas presentes, apenas porque concebemos como essencial para tomá-los como sujeitos produtores de conhecimentos.

desveladas dos temas aflorados no que tange nossos objetivos de pesquisa. Desta forma, os dados foram tratados e relacionados com os objetivos anteriormente elencamos pelo trabalho, visando assim, proporcionar uma melhor investigação por meio de uma descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo presente nas informações, para com isto responder a nossa questão problema proposta.

DADOS E RESULTADOS

No que tange nosso primeiro objetivo específico proposto “Analisar se o Centro de Atendimento ao Idoso de Toritama/PE desenvolve um trabalho orientado pelas propostas da Educação Popular”, por intermédio das observações pudemos perceber que, mesmo sem terem essa intenção primária, as atividades realizadas no âmbito da sala de atividades caracterizam-se sim como uma prática educativa na perspectiva da Educação Popular.

Baseamos nossa afirmativa de que as atividades realizadas no Centro de Referência evidencia-se como uma prática educativa na perspectiva da Educação Popular, partindo das contribuições exauridas do texto de Hurtado (2015, p. 02), aonde o referido autor afirma que “[...] a característica essencial da educação popular, mesmo incorporando alguns elementos de outros modelos, [...] está dada por sua concepção e compromisso de classe e por sua ligação orgânica com o movimento popular”.

Podemos perceber nas atividades uma prática educativa na perspectiva da Educação Popular, algo que os próprios profissionais que trabalham no ambiente desconheciam, como assim lemos na fala da Oficineira ao ser questionada em uma conversa informal sobre o que seria educação popular:

Já ouvi falar sobre educação popular. Não sei defini-la com base em conceitos ou de acordo com visão de algum autor. O que eu entendo é que seria uma educação voltada para todos, algo em comum e igualitário. Acho que quando se fala em educação popular, é algo que vem das classes menos favorecidas, buscando igualdade e respeito dos seus direitos (DIÁRIO DE CAMPO, Julho de 2017).

Salientamos aqui que a Assistente social responsável ao ser questionada sobre se as atividades desenvolvidas no CRAS caracterizavam-se em uma perspectiva de educação popular, a mesma respondeu:

Bem, de acordo com a minha visão sobre educação popular eu acho que sim, pois, além de ser um espaço de socialização, de confraternização, aqui nós orientamos os idosos quanto aos seus direitos e deveres, buscamos oferecer apoio aqueles que passam por problemas na família, ou que se sentem excluídos, desmotivados. Acho que através dessas atividades estamos dando oportunidades a eles, e de alguma forma contribuindo para sua inclusão e igualdade na sociedade (ENTREVISTA, Agosto de 2017).

E ratificou sua opinião, afirmando que:

Não havia parado para pensar que o nosso objetivo estava vinculado às perspectivas da educação popular. Mas sabia que estávamos contribuindo para a inclusão e participação ativa deles na sociedade. É gratificante poder ver que nosso trabalho, mesmo que aos olhos de alguns pareça simples, possa trazer tantos bons frutos, tanta alegria e força de vontade. Realmente só sabe quem convive com eles. E poder repassar esse conhecimento também já é muito válido. Seria bom que muitos viessem, os jovens, as próprias famílias, as crianças, conhecessem mais, assim juntaríamos mais força em prol de um bem tão grandioso (ENTREVISTA, Agosto de 2017).

Ressaltamos também este compromisso de classe e de ligação orgânica na busca de promoção da inclusão nas palestras que são mensalmente realizadas pela Assistente Social. Referimo-nos à palestra dada sobre “O Estatuto do Idoso” que foi ministrada em um dos dias de observação, na qual vemos que é neste momento de formação, que se dá dentro de uma perspectiva política de classe – com foco especificamente nas classes populares –, que há um desencadeamento de ações organizadas das “massas” visando construir uma “[...] sociedade nova de acordo com seus interesses” (HURTADO, 2015, p. 02). Assim lemos nas falas dos Idosos:

Idoso 4: Minha fia, é a primeira vez que ouço que existe isso (risos). Mais acho que nois tem direito à aposentadoria e a essas coisas do Cras né?!

Idosa 2: Eu já ouvi sim mulher, num foi a senhora mermo que já falô?! Naquele outro dia lá?! Eu acho que nois tem direito à aposentadoria e a essas coisas do Cras, e também pra ninguém bater na gente né?!

Idosa 3: Oxe, nois tem direito a isso tudo né?! Virge-maria, nois é importante e não sabia (risos). (ACERVO DO DIÁRIO DE CAMPO, Agosto de 2017).

Portanto, percebemos que através de um processo contínuo e sistemático de reflexões e de ações organizadas dentro do CRAS pesquisado, o processo de inclusão das pessoas idosas ocorre de forma eficiente, sendo um fator de suma importância na interação desses sujeitos na sociedade. Bem como, notamos que de fato há uma perspectiva de educação popular, pois, como nos aponta Brandão (1940) existe neste movimento um processo sistemático e contínuo de reflexão sobre a prática do grupo e/ou organização dentro de uma perspectiva de classe.

No que concerne nosso segundo objetivo específico “Elencar as principais contribuições das atividades desenvolvidas no Centro de Referência para o público alvo atendido que se caracteriza em uma perspectiva de Educação popular”, evidenciamos com base em nosso conhecimento teórico-metodológico acerca do tema estudado, que inúmeras são as contribuições das atividades para o benefício social de camadas populares – neste caso, os Idosos da comunidade – bem como para o fortalecimento dos projetos políticos desta mesma classe.

Para iniciarmos, tomaremos como sujeito participante e contribuinte para esta etapa do trabalho à Assistente Social da instituição. A mesma ao ser questionada acerca de como que as atividades propostas para os idosos ajudavam na valorização da identidade popular e cultural dos mesmos, ela responde que:

Quando cheguei aqui no CRAS pude perceber que alguns idosos se sentiam desmotivados, sem vontade de fazer alguma coisa. Depois de algumas conversas, depois de exercício em grupo e do envolvimento com o movimento, houve a grande mudança. Poder ser sentir útil, saber que mesmo com um pouco mais de idade ainda pode fazer muito ajuda a recuperar a autoestima e a confiança deles. Eu percebo que esse é o caminho e o propósito das atividades, buscar despertar a vontade de viver daqueles que estavam perdidos (ENTREVISTA, Agosto de 2017).

Como podemos observar na fala da referida Assistente Social, às ações desenvolvidas (palestras, atividades artesanais, danças, etc.) no espaço do CRAS fortalecem e valorizam a identidade pessoal e cultural dos idosos, algo que de fato apresenta-se como um dos principais objetivos da Educação popular, que conforme expressa Brandão (1940) o objetivo deve ser o de fortalecer as próprias organizações locais e populares de poder de classe na comunidade.

Nas atividades notamos a ênfase dada à participação, à inclusão da pessoa idosa e ao fortalecimento do poder dessa classe na comunidade em que vivem, visto que, isto torna-se

evidente nas falas dos idosos ao serem questionados acerca das contribuições que o Centro de Atendimento ao Idoso trouxe para seus frequentadores público-alvo. Os idosos disseram que:

Idoso 5: Oxe, gosto demais daqui. Vixe meu fí, eu vivia sozinha em casa o dia todo. Nois fica sozim e isso deixa triste né?! Aqui a gente aprende que mermo sendo véi, nois pode participar das coisas e ter serventia né?!

Idoso 8: O povo diz que véi num serve pra nada né, mai é mintira que aqui nois faz de tudo. Ele ensina pra gente ter orgulho da idade e que nois tem muito direitos. Nois é véi, mas é gente e não tá morto, (risos)” (ACERVO DO DIÁRIO DE CAMPO, Setembro de 2017).

Portanto, observou-se que há por parte da instituição pesquisada o objetivo de promover a participação de sujeitos outrora marginalizados – pela sociedade, muitas vezes pela família, etc. – em um processo chamado por Brandão (1940) de “desmarginalização”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se parcialmente que, nas observações empíricas advindas do Centro de Atendimento ao Idoso, às atividades desenvolvidas possuem substancialmente uma prática educativa na perspectiva da Educação Popular, mesmo que os próprios profissionais que trabalham no ambiente desconhecessem tal concepção e prática.

No que tange essas práticas educativas, percebemos que através de um processo contínuo e sistemático de reflexões e de ações organizadas dentro do Centro de Atendimento acima citado, o processo de inclusão das pessoas idosas ocorre de forma crescente e eficiente, sendo este um fator importantíssimo na interação desses sujeitos – estigmatizados e afastados da vida social por causa da idade – na sociedade.

Evidenciou-se também que as atividades desenvolvidas no Centro de Atendimento para o público Idoso da comunidade caracterizam-se também em uma perspectiva de Educação Popular, visto que, às ações desenvolvidas (palestras, atividades artesanais, danças, etc.) no espaço do CRAS fortalecem e valorizam a identidade pessoal e cultural dos idosos, pois, como afirma Brandão (1940) este é o objetivo de uma Educação dita Popular, o de fortalecer as próprias organizações locais e populares de poder de classe na comunidade.

Notou-se também que os idosos – considerados ultrapassados e sem serventia na sociedade contemporânea – necessitam de espaços que propiciem trocas de experiências,

recreação, e de desenvolvimento de novos aprendizados. Tais espaços possibilitam aos idosos uma auto-percepção nos mesmos de sujeitos “membros sociais” capazes de se inserirem política e socialmente no meio em que vivem.

Por isto que ressaltamos a importância de concatenação entre as contribuições da educação popular com o trabalho pedagógico desenvolvido em centros de atendimento a idoso. Tal junção acarretará um trabalho pautado na ênfase à participação, à inclusão da pessoa idosa e ao fortalecimento do poder dessa classe na comunidade, bem como em uma nova percepção de relações sociais pautadas em relações de igualdade, respeito, solidariedade e coletividade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. 1979. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BATISTA, M. S. X. **Educação popular em movimentos sociais**: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/educacao-popular-em-movimentos-sociais-construcao-coletiva-de-concepcoes-e-praticas>. Acesso em 06 Agosto de 2017.

BELO, I. Do corpo à alma: o disciplinamento da velhice. In: LAFAYETTE DE ALMEIDA, Conceição; LONGHI, Marcia (Org.). **Etapas da vida: jovens e idosos na contemporaneidade**. Recife: Universitária da UFPE, 2011. p. 105-122.

BRASIL. Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a **Política Nacional do Idoso**, e dá outras providências. Diário Oficial da União 1996; 4 jul.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 33ª Ed. São Paulo: Brasiliense. 1995.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação popular**. São Paulo Editora Brasiliense, 2006.

BRITTO DA MOTTA, A. Envelhecimento e relações entre gerações. In: LAFAYETTE DE ALMEIDA, Conceição; LONGHI, Marcia (Org.). **Etapas da vida: jovens e idosos na contemporaneidade**. Recife: Universitária da UFPE, 2011. Págs. 81-104.

FERRIGNO, J. C. **Co-Educação entre Gerações**. Petrópolis: Vozes. São Paulo: Sesc 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez. 3ª ed. 2005.

HURTADO, C. N. **A Educação popular**: conceito que se define na práxis. Disponível em <http://www.ifibe.edu.br/arg/201509141742421165209325.pdf>. Acesso em 08 de Setembro de 2017.

LIBÂNEO, J. C. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 59-97.

MATTOS, E. B. T. **O Significado do Grupo de Convivência para Idosos**. Fortaleza, 2008.

MENDES, T. M. S. **Da adolescência à envelhecimento**: convivência entre gerações na atualidade. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2012.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 34^o ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

NERI, A. L. (Orgs.). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC/SP, 2007, 288 p.

RODRIGUES, D. L; TAMANINI, E. Educação Não Formal e Movimentos Sociais – Práticas Educativas Nos Espaços Não Escolares, 2012. IX ANPED Sul – **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tplAnped2011/eventos/anped_sul_2012/programacao/anped.pdf. Acesso em 12 julho de 2017.

STANO, R. C. M. T. **Identidade do professor no envelhecimento**. São Paulo: Cortez. 2001.

STRECK, D. R; ESTEBAN, M. T. **Educação popular**: lugar de construção social coletiva. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.